

DEZ ANOS DA RBIE:

RETROSPECTIVA E DESAFIOS

Marcos da Fonseca Elia
Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ)
Caixa Postal 2324 - 20001-970
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
melia@nce.ufrj.br

PROLEGÔMENOS

A Revista Brasileira de Informática na Educação faz dez anos e chega à adolescência com todo o orgulho de uma publicação científica que traz, em tão pouco tempo, um currículo de vinte e quatro edições voltadas para uma comunidade formada por profissionais com interesses e competências multidisciplinares.

E estes resultados quantitativos foram alcançados sem se afastar de um padrão de qualidade, o que veio a ser reconhecido em 2005 pelo conceito “B” atribuído à RBIE pelo processo de qualificação Qualis do sistema de avaliação da CAPES¹, pelo qual, como se sabe, desde 2001 os periódicos e eventos científicos passaram a ser enquadrados em categorias indicativas da qualidade A, B ou C e esta informação vem sendo utilizada para avaliar os cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Celebrar este primeiro decênio de vida tão auspiciosa significa render tributos, primeiramente, à comunidade de Informática na Educação que, amalgamada dentro da Sociedade Brasileira de Computação, engendrou a Revista e vem exigindo níveis de qualidade cada vez maiores de si mesma, para nutrir e dela se servir. Em segundo lugar, significa também lembrar dos membros da comunidade que cumpriram com abnegação uma missão designada por seus pares, dedicando boa parte de sua energia, tempo e competência para que o sonho se transformasse em realidade.

A eles e elas, representados aqui pelos editores-chefes de cada uma das equipes editoriais da Revista: Raul Wazlawick (UFSC, 1997-2001), Antônio Carlos Rocha Costa (UCPel, 2002-2004), Fábio Sampaio (UFRJ, 2005-2006) e Lúcia Giraffa (PUCRS, 2007-2008); o nosso muito obrigado! E à comunidade, tentaremos retribuir oferecendo um ensaio

histórico e reflexivo sobre a RBIE neste primeiro decênio, levantando alguns desafios para o próximo.

BREVE HISTÓRICO

Os encontros anuais entre os membros da comunidade brasileira de Informática na Educação, durante a realização do Simpósio Nacional de Informática na Educação (SBIE)², têm sido o principal locus de reflexões, discussões e de propostas inovadoras. Assim, não poderia ter sido de outra maneira, que a Revista Brasileira de Informática na Educação tivesse sido concebida e maturada pela comunidade entre 1995 e 1997, durante os SBIE ocorridos no período. E isso é o que nos conta um dos seus idealizadores e primeiro editor, Professor Raul Sidnei Wazlawick³:

“...Em 1995 tínhamos apenas uma idéia na cabeça e nenhum tostão no bolso. Na reunião da Comissão especial de Informática na Educação durante o VI SBIE em Florianópolis esta idéia foi ventilada. Logo uma proposta inicial foi escrita por mim a partir da observação dos estatutos de outras revistas semelhantes. Durante o VII SBIE em Belo Horizonte pudemos finalmente colocar esta idéia em prática, criando o primeiro núcleo do Comitê Editorial com os coordenadores dos primeiros seis SBIES...”

O lançamento do primeiro número ocorreu em setembro de 1997 e desde então 24 edições foram publicadas contendo ao todo 155 trabalhos acadêmicos de natureza diversa⁴, organizados em seções: relatos de investigação científica original concluída, relatos de experiência de ensino ou de extensão, ensaios reflexivos, como também resumos, resenhas e comunicações (Tabela 1). As regiões achumbadas demarcam as gestões das equipes editoriais.

¹ CAPES – www.capes.gov.br; <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>

² Simpósio Brasileiro de Informática na Educação organizado anualmente pela CEIE/SBC desde 1990, estando hoje na sua XVIII realização.

³ Editorial da RBIE, No. 10, Vol. 1, abril de 2002.

⁴ Este número não inclui os artigos da presente edição.

Tabela 1: Perfil das publicações no primeiro decênio da RBIE

Edições		Art. (Convid.)	MelhorArt. (SBIE/WIE)	ArtOrig (Pesquisa)	ArtOrig (Reflexão)	ArtOrig (Rel.Exp.)	Resenhas/ Resumo	Total
1	Setembro 1997	3	0	3	1	0	6	13
2	Abril 1998	1	5	1	0	1	3	11
3	Setembro 1998	1	0	2	0	1	4	8
4	Abril 1999	1	3	0	1	1	1	7
5	Setembro 1999	0	6	2	0	1	5	14
6	Abril 2000	2	3	0	1	0	1	7
7	Setembro 2000	0	0	3	1	1	0	5
8	Abril 2001	0	0	4	2	2	1	9
9	Setembro 2001	0	1	3	0	2	1	7
10	10 1 Abril 2002	0	2	2	0	2	1	7
11	10 2 Setembro 2002	0	0	3	1	0	2	6
12	11 1 Abril 2003	0	2	2	0	1	0	5
13	11 2 Setembro 2003	0	0	5	0	0	2	7
14	12 1 Abril 2004	0	1	2	2	0	0	5
15	12 2 Setembro de 2004	0	1	1	1	1	2	6
16	13 1 Jan-Abril 2005	0	5	0	0	0	0	5
17	13 2 Maio-Agosto 2005	0	0	6	0	0	0	6
18	13 3 Set-Dez 2005	0	0	4	0	0	0	4
19	14 1 Jan-Abril 2006	0	4	0	0	0	0	4
20	14 2 Maio-Agosto 2006	0	0	4	0	0	0	4
21	14 3 Set-Dez 2006	0	0	5	0	0	0	5
22	15 1 Jan-Abril 2007	0	5	0	0	0	0	5
23	15 2 Maio-Set 2007	0	0	4	0	1	-	5
24	15 3 Out-Dez 2007	-	-	-	-	-	-	-
Total		8	38	56	10	14	29	155

Os números da tabela 1 indicam uma média de 2,4 edições-ano, o que está bem acima da proposta inicial de edições bi-anual. Mostram que os artigos de pesquisas originais representaram a maior parte das publicações, vindo em seguida as publicações dos melhores trabalhos (artigos completos) nos eventos anuais, SBIE e WIE. Levando em conta as regiões achumbadas, podemos também perceber um pouco das ênfases editoriais que cada equipe procurou imprimir em sua respectiva gestão.

Folheando os exemplares da Revista pelo título, palavras-chaves e resumo (no caso das edições eletrônicas, o resumo não estava disponível) e com lápis-papel-borracha a mão, é possível perceber algumas peculiaridades entre os artigos publicados, as quais revelam um retrato dos interesses da comunidade em cada período. No quadro 1 são apresentadas resumidamente as que mais chamaram minha atenção e, dentre estas, os itens 5, 6 e 7 merecem alguns comentários pois tem a ver com o contexto da época da criação da RBIE.

1.	EAD e aprendizagem colaborativa (CSCL, groupware, etc.) apareceram pela primeira vez em 1997 e 1998, respectivamente, e permanecem até hoje com 38 e 26 ocorrências aproximadamente.
2.	Os tópicos que formam um segundo bloco de maior interesse e que tende a permanecer em pauta apresentam da ordem de 8-10 ocorrências*: Formação de professores (97); Autoria (98); Agentes (99); Ensino de ciências (98); Ensino de outros conteúdos**(97); IA/STI (98)
3.	Ensino de Informática aparece apenas entre 1997-99 com 4 ocorrências.
4.	Avaliação da aprendizagem aparece uma vez em 1999 e volta a aparecer em 2003 permanecendo presente em todos os anos seguintes, mas apenas sob a forma de avaliação formativa.
5.	O tema principal – Informática Aplicada a Educação (IAE) - e políticas voltadas para a área começam com toda força no período inicial da Revista (1997-2000) e depois ficam ausentes por 7 anos, voltando apenas este ano de 2007.
6.	Nenhum trabalho foi publicado abordando aspectos éticos da IAE.
7.	Os trabalhos empíricos, que se preocupam explicitamente com a transferência de resultados de pesquisa para a sala de aula, são muito poucos e foram publicados basicamente no período inicial da Revista (1997-2000).

Quadro 1: Algumas peculiaridades no perfil acadêmico das publicações entre 1997-07.

* Os algarismos entre parênteses representam o ano da primeira ocorrência.

** Ensino de conteúdos não conexos com ciências matemáticas e da natureza

Em realidade a informática na educação no Brasil, no início e alongando-se por mais de uma década, foi uma espécie de pesquisa-ação emancipatória, desenvolvida sem dúvida alguma dentro de um ideário de inspiração nacionalista (Projeto EDUCOM, 1981-89) e, já com ares mais democráticos no governo Sarney, através da transformação do EDUCOM no Programa Nacional de Informática na Educação (PRONINFE, 1989-1994). Em todo este período, governo e academia foram realmente parceiros, nas tomadas de decisão e na execução. E, com altos e baixos como acontece em qualquer parceria, foi cumprido um papel político social como bem descrevem em artigos no Número 1 da RBIE, respectivamente, a professora Maria Cândida Moraes (“Informática Educativa no Brasil: uma história vivida, algumas lições aprendidas”) e os professores Armando Valente e Fernando de Almeida (“Visão Analítica da Informática na Educação no Brasil: A questão da formação do professor”).

A partir deste ponto (1994), com o governo FHC, esta bem estabelecida parceria governo-comunidade IAE começa a ruir porque as políticas públicas movem-se na direção de um alinhamento total aos ditames do mercado de inspiração neoliberal. E a estratégia governamental da ocasião para o desmanche foi deixá-la morrer por inanição dos grupos acadêmicos existentes na época, que se ocupavam da formação de recursos humanos em grande escala, um dos objetivos estabelecidos pelo PRONINFE.

Alguns anos depois (1996/97), quando então foi deslançado o novo programa (PROINFO) e criados os NTE - Núcleos de Tecnologia Educacional, é fato que diversos pesquisadores universitários que ainda atuavam na área foram chamados para formar os professores multiplicadores dos NTE. Contudo, o fato mais surpreendente é que as instituições universitárias foram deixadas de fora das esferas decisórias a partir daquele momento.

Por um lado, sem poder contar com a experiência em atividades de pesquisa & desenvolvimento dessas

instituições, ficou praticamente impossível para os NTE absorverem e retransmitirem as tecnologias da informação e da comunicação para a sua população-alvo, a uma taxa compatível com a evolução das mesmas, como também, para adequarem essas tecnologias às necessidades mais específicas da escola, das matérias, dos professores e dos alunos. Ou seja, a participação individual de um pesquisador universitário, por melhor que ele seja, nunca será maior que o nicho acadêmico de onde ele vem.

Por outro, diante deste injustificável vácuo de fomento de projetos de IAE por cerca de três anos, é fácil imaginar o que aconteceu com os grupos de pesquisa-aplicada então existentes: perderam colaboradores que foram atuar em outras áreas ou voltaram-se para dentro do seu objeto de estudo, solicitando apoio a projetos de pesquisa pelas agências especializadas (CNPq, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, etc.) e tornando-o cada vez mais abstrato e distante da realidade da escola. O caso dos pesquisadores da UFRJ é emblemático a respeito desta guinada para a pesquisa formal (Quadro 2). Também são muito ilustrativos os resumos dos 20 projetos apoiados pelo PROTEM –CNPq publicados no Número 6 de abril de 2000 da RBIE.

Este era o contexto acadêmico institucional na segunda metade dos anos 90 quando a RBIE foi criada e o leitor pode perceber agora, com mais clareza, por que a participação efetiva da comunidade de pesquisadores no processo de informatização das escolas virou páginas da história, registrada por alguns dos pesquisadores mais atuantes naquele período. Retomaremos esta questão mais adiante, não mais como uma retrospectiva, mas como uma expectativa, já deixando claro que não se trata de uma crítica à ênfase dada à pesquisa.

Para concluir este breve histórico, segue no quadro 3 uma cronologia de eventos editoriais relevantes da RBIE no período 1997-2007, onde podem ser percebidas as idéias inovadoras dos editores responsáveis para manter a Revista atualizada.

- Entre 1981-1989 os pesquisadores da UFRJ participaram do projeto EDUCOM, gerando em torno de 140 programas de ensino por computador ('Courseware') para o ensino de Biologia, Física, Matemática e Química nas três séries do 2º grau (<http://www.nce.ufrj.br/ginape/educom>), que foram testados durante o experimento-piloto de grande escala para implantação do computador nestas disciplinas em uma escola pública.
- Entre 1991-1995 dedicaram-se à formação inicial e continuada de professores, inclusive, criando a disciplina de IAE nos cursos de licenciatura e oferecendo o primeiro curso de especialização em IAE do Estado do Rio de Janeiro.
- Em 1995 o grupo interdisciplinar de cerca de 20 pesquisadores desfez-se, depois de quase 15 anos de atuação. Alguns pesquisadores aposentaram-se precocemente, outros desistiram definitivamente da área e outros foram buscando novos nichos, como por exemplo na COPPE/Sistemas que, a época, tinha IAE como uma linha de pesquisa.
- Em 1997, é criado o PPGI da UFRJ como uma parceria do IM-NCE, em que a área de IAE é aceita no programa abrigando alguns pesquisadores remanescentes.
- Em 1998-1999 outros pesquisadores criam no NUTES uma pós-graduação *stricto sensu* tendo a IAE como uma das áreas de concentração.

Quadro 2: O caso dos pesquisadores em IAE da UFRJ

Edições	Data	Evento
1	Setembro 1997	Lançamento da RBIE. Assume o Editor Raul Wazlawick (UFSC).
2	Abril 1998	
3	Setembro 1998	
4	Abril 1999	
5	Setembro 1999	Artigo submetido por pesquisadores argentinos da Universidad Nacional de Mar del Plata, mas publicado em português.
6	Abril 2000	Publicação de 20 artigos resumidos referentes ao Projeto PROTEM CNPQ.
7	Setembro 2000	Regras sobre a revisão dos artigos.
8	Abril 2001	Regras sobre a revisão dos artigos. Profissionalização do serviço de editoração.
9	Setembro 2001	
10	10 11 Abril 2002	Assume o Editor Antônio Carlos Rocha Costa (UCPel). As edições da Revista passam a ser numerada por ano e as publicações ocorridas dentro de um mesmo ano são identificadas por volumes.
11	10 2 Setembro 2002	Único artigo publicado em língua estrangeira (espanhol).
12	11 1 Abril 2003	
13	11 2 Setembro 2003	A SBC autorizou que a RBIE passasse a ter uma versão completa on-line.
14	12 1 Abril 2004	
15	12 2 Setembro de 2004	Regimento do CEIE/SBC estabelece obrigatoriedade para que candidatos à editoração da RBIE apresentem projetos com suporte institucional.
16	13 1 Jan-Abril 2005	Assume o Editor Fábio Sampaio (UFRJ). Mudança da periodicidade de bi-anual para tri-anual. Mudança de formato e da capa.
17	13 2 Maio-Agosto 2005	
18	13 3 Set-Dez 2005	O Comitê de Avaliação da área de Informática da CAPES atribui Qualis Nacional B à RBIE, reconhecendo o esforço coletivo de todos que trabalharam para a Revista ganhar padrão de qualidade.
19	14 1 Jan-Abril 2006	
20	14 2 Maio-Agosto 2006	Introdução do Sistema JEMS para gerenciar a submissão e revisão dos artigos.
21	14 3 Set-Dez 2006	Primeira edição temática sobre "Aprendizagem Colaborativa".
22	15 1 Jan-Abril 2007	Assume a Editora Lúcia Giraffa (PUCRS).
23	15 2 Maio-Set 2007	
24	15 3 Out-Dez 2007	

Quadro 3: Cronologia de eventos editoriais da RBIE no período 1997-07

OS DESAFIOS DA RBIE

Os objetivos gerais da RBIE constam da contracapa de todas as edições publicadas e uma leitura dos mesmos nos permite concluir que, como política editorial, continuam atendendo às expectativas gerais de nossa comunidade, tanto em 1997 quanto ainda nos dias hodiernos. Mas será que, em termos mais específicos, as demandas da comunidade estão sendo atendidas pela sua única Revista? Esta questão será discutida em seguida sob a forma de três desafios para os próximos dez anos.

Acompanhar as tendências e atender as demandas cada vez mais diferenciadas da comunidade, sem perda da qualidade, é um dos principais desafios que a RBIE tem pela frente.

No período de dez anos a comunidade de Informática na Educação não só cresceu como se diferenciou, criando uma pressão de demanda quantitativa e qualitativa. Por exemplo, enquanto que no SBIE 1997 foram submetidos 188 trabalhos, nos últimos três SBIE este número tem se mantido em torno de 400 trabalhos. Além disso, algumas subáreas consolidaram-se formando núcleos temáticos, tais

como aprendizagem colaborativa apoiada por computador (CSCL), sistemas de hipermídia adaptativa (SHA), educação a distância com tecnologias da informação e da comunicação (EAD/TIC).

Esse aumento diferenciado deveu-se, em grande parte, à duplicação no período (20 para 43) do número de Programas de Pós-graduação em Informática (PPGI) e em Ciências da Computação (PPGCC)⁵, gerando uma maior competitividade, entre os grupos de pesquisa e entre os próprios pesquisadores, por verbas de fomento para desenvolvimento dos projetos investigativos e por espaço para publicação de seus resultados.

Essa expansão qualificada foi exigindo, cada vez mais, um alto grau de excelência acadêmica para a aceitação dos trabalhos submetidos. Por exemplo, no JEMS - Journal and Event Management System⁶, sistema de submissão

⁵ <http://ged.capes.gov.br/AgDw/silverstream/pages/frPesquisaColeta.html>

⁶ JEMS - <https://submissoes.sbc.org.br/>

⁷ Levantamento feito durante o SBIE 2003

de artigos adotado pela SBC, os critérios mais levados em consideração pelos membros do Comitê de Programa são, pela ordem: Mérito Técnico, Visão Geral, Originalidade e Relevância⁷. E, pela perspectiva dos programas de pós-graduação, as produções intelectuais de alunos e docentes vêm sendo classificadas, com frequência cada vez maior, através do processo de qualificação Qualis, que atende às necessidades específicas do sistema de avaliação da CAPES.

Sabemos que a excelência acadêmica é também formada por outras excelências (no ensino, nas artes e letras, na extensão, na instrumentação, para citar apenas algumas)

além da excelência na publicação científica. Mas, concordemos ou não, os efeitos desses movimentos – interno e externo – por mais qualidade nas publicações já são bastante visíveis na comunidade acadêmica, sendo que alguns são inegavelmente positivos. Por exemplo, o gráfico 1 produzido por um estudo⁸ realizado para avaliar: “se a existência do conteúdo de metodologia da pesquisa nos currículos dos Programas de Pós-Graduação (PPGI e PPGCC) sob a forma de uma disciplina ou distribuído nos conteúdos de outras, faria alguma diferença”; mostra como tendência que as chances de se publicar um artigo completo nos SBIE mais recentes são maiores entre os programas que incluem a metodologia da pesquisa nos currículos.

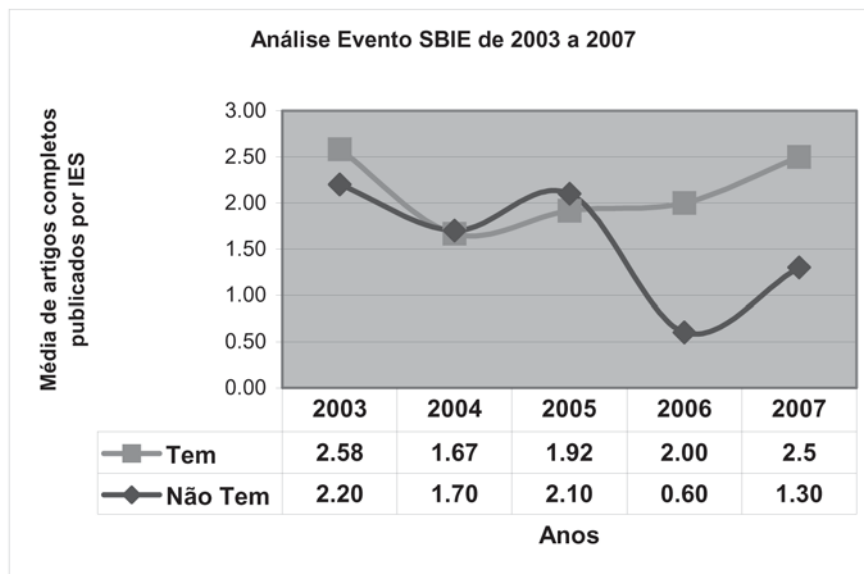


Figura 1: Comparação entre pesquisadores de instituições que Tem/Não Tem o conteúdo de metodologia da pesquisa no currículo de PPGI

Para a equipe editorial da Revista este aumento também gera reflexos imediatos, pois quando o número de submissões é baixo e não há competição, são necessárias algumas rodadas de revisões⁹ para se fechar a pauta de uma edição. Mas se o número de submissões for alto, refletindo um estado de elevada competição, forma-se uma longa fila de artigos submetidos aguardando para serem revisados, posto que os revisores ficam sobrecarregados, tal como acontece com as grandes revistas internacionais que levam até dois anos para publicar um artigo.

Vê-se, portanto, que o crescimento, a diferenciação e qualificação são tendências reais na nossa comunidade que requerem nossa atenção. No que se refere à RBIE, algumas medidas tomadas recentemente (Quadro 3), tais como: utilização do sistema JEMS, projeto institucional para exercer a editoração, aumento da periodicidade, edição de

números especiais temáticos; ajudam a enfrentar essas questões e devem ser aperfeiçoadas.

Contudo, uma questão ainda em aberto no CEIE/SBC para enfrentar o desafio posto aqui, é o processo de revisão dos artigos. Sob o ponto de vista da relação custo benefício, há um certo desperdício de recursos intelectuais no fato de que os membros dos comitês revisores tenham que fazer três revisões em artigos em que duas revisões já mostrariam que os mesmos não têm chance, reduzindo assim de aproximadamente 1/3 a carga com as revisões. Além disso, aqueles casos em que alguns dos artigos são rejeitados “com o coração sangrando”, simplesmente porque tiveram uma “não aceitação” (vejam bem: contra “duas aceitações”!), poderiam ter sido evitados com uma revisão em duas etapas, onde a 2^a etapa seria apenas para os artigos que tiveram pareceres conflitantes (os consensuais entre revisores, seja por aceitação seja por rejeição, não passariam por esta etapa).

Nos WIE de 2006 e 2007 foi autorizado em caráter experimental pelo CEIE/SBC o uso desse processo de revisão em duas etapas, com absoluto sucesso

⁸ “Metodologia da Pesquisa: Uma disciplina Indispensável?”, Claudia Cruz e outros, WEI/SBC 2006, Campo grande/MS, julho de 2006. Foram acrescentados pelos autores do trabalho os dados referentes à 2006 e 2007.
⁹ Em 2006, a razão de chances de um artigo ser/não ser aceito na RBIE era da ordem 1:3.

conforme consta dos relatórios¹⁰ preparados pela coordenação desses eventos. Seria importante, pois, analisar essas experiências e, a partir delas, estabelecer novas regras gerais para a revisão dos trabalhos acadêmicos da área.

Maior preocupação da comunidade com o papel ético, político e social da Informática na Educação no país

Constata-se com muita tristeza que em três décadas de atuação a nossa comunidade não foi capaz de levar para dentro das salas de aulas do país, de forma consistente e consolidada, os resultados das pesquisas publicadas em inúmeros artigos, dissertações e teses. Nos multiplicamos, nos organizamos em uma sociedade científica com dois eventos por ano e uma Revista agora com edições tri-anual, nos institucionalizamos criando diversos PPGI ou PPGCC pelo país, criamos diversas soluções e modelos em TI, formamos recursos humanos voltados para o uso das TI na Educação. Mas todo esse dever de casa cumprido não foi suficiente para que hoje pudéssemos afirmar que há informática na escola e que houve inclusão digital das gerações que passaram por nós, pelo menos, da forma que entendemos.

Conclui-se o óbvio: para sermos exitosos na atividade fim IAE não basta sermos excelentes em pesquisa, temos que atuar politicamente também. Como foi aqui colocado anteriormente, no início nossas ações tinham um caráter mais participativo e pró-ativo com a comunidade escolar e isto sofreu uma guinada no meio do caminho. Se, por um lado, isso foi bom para a comunidade que pode ganhar musculatura e consolidar-se, por outro lado, é mais que o momento de darmos meia-volta novamente e passarmos a intervir mais vigorosamente nas questões éticas, políticas e sociais envolvidas no processo de informatização da educação e da sociedade em geral. E, a meu ver, isto poderia ser feito de duas maneiras no âmbito da RBIE.

Primeiramente, não é possível que continuemos simplesmente a reboque das políticas públicas, das quais não participamos da sua formulação e que representam uma continuidade no governo atual do projeto neoliberal iniciado na década passada, sem exercer uma crítica construtiva e fundamentada nas nossas pesquisas. Será que alguém em nossa comunidade teria hoje argumentos de pesquisa para justificar o uso da EAD em grande escala como vem sendo feito, sobretudo nos cursos de formação de professores que são os formadores da próxima geração?

A questão da utilização da EAD como política de expansão das matrículas no ensino superior, sob o título “Educação Superior a Distância”, só não passou totalmente ao largo da nossa comunidade porque, em 2004, alguns membros indicados pelo CEIE/SBC participaram de um Grupo de Trabalho na SESU/MEC sobre EAD. Produziram

um relatório com restrições severas a esse modelo expansionista, referendadas em um evento nacional organizado pelo próprio grupo em Porto Alegre¹¹, as quais, infelizmente, não lograram muito sucesso, posto que a legislação que dava suporte legal a este projeto acabou sendo aprovada em dezembro de 2005¹², dando início a chamada “Universidade Aberta do Brasil – UAB”.

Agora está em pauta a questão da TV Digital, que será lançada até o final deste ano e que não está sendo também devidamente discutida, embora tenha fortes implicações, positivas ou negativas dependendo da forma em que for implementada, nas questões da inclusão digital e equalização de oportunidades para a educação.

Em segundo lugar, devemos encurtar as distâncias entre os nossos nichos de pesquisa e as salas de aula. Para tanto, a RBIE poderia capitanear uma rede nacional de redes regionais de relacionamento, aproximando pesquisadores e professores, disponibilizando processos e produtos de pesquisa no uso das TIC nas escolas, comentando relatos de experiências dos professores e recomendando para outros professores o que for sendo encontrado de bom, com a chancela da comunidade IAE/SBC. Ou seja, praticando e dando exemplo a toda sociedade e aos governantes tomadores de decisão de como deve ser realizada uma moderna Educação a Distância com o uso apropriado das tecnologias da informação e da comunicação. Pois parece que a única que eles conhecem é a velha EAD baseada em cursos a distância. Estamos falando aqui de uma nova Revista da RBIE, eletrônica e interativa, que aproxime a pesquisa da sala de aula e, em via de mão dupla, a sala de aula da pesquisa, tendo como mediadores interativos (ora sujeitos, ora objetos da ação!) professores e pesquisadores.

A internacionalização da RBIE contribuirá para uma maior aproximação e intercâmbio sobre a teoria e a prática da Informática na Educação que se faz nosso continente de língua ibero-americana.

Conforme destacado (Quadro 3), apenas nas edições da RBIE de Nº. 5 de setembro de 1999 e de Nº. 11 de setembro de 2002 foram submetidos artigos por pesquisadores estrangeiros, em ambos os casos por colegas argentinos da Universidad Nacional de Mar del Plata, mas publicados respectivamente em língua portuguesa e espanhola. E isto não foi por acaso, segundo nos relata o editor Prof. Antônio Carlos Rocha Costa da época da segunda publicação citada acima¹³:

“... este número da RBIE traz uma novidade significativa para a história da Revista, qual seja a publicação de um artigo em língua espanhola. Este fato é

¹⁰ O relatório de 2006 já consta da página da SBC: <http://www.sbc.org.br/index.php?language=1&subject=50>

¹¹ Relatório do GTEADES/SESu//MEC disponível em <http://eventos.ead.pucrs.br/SNEADES2005/>

¹² DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

¹³ Editorial da RBIE, No. 10, Vol. 2, setembro de 2002.

significativo porque representa uma iniciativa muito auspiciosa do conselho Editorial: trata-se de procurar levar a RBIE a uma abrangência geográfica maior do que a que ela teve até agora, abrindo a Revista para contribuições das comunidades acadêmicas de Informática na Educação tanto da América Latina quanto da Ibero-América..”

Este é um outro desafio importante a ser vencido nos próximos anos, pois certamente contribuirá para uma maior aproximação e intercâmbio sobre a teoria e a prática da Informática na Educação que se faz no nosso continente, além de nos tornarmos mais conhecidos uns dos outros. Este poderá ser também um passo a mais na direção da obtenção do conceito qualis “A” da CAPES.

CONCLUSÕES

Este pequeno ensaio mostra a importância que um estudo historiográfico mais profundo sobre a RBIE e eventos anuais poderia trazer, pois o conteúdo de tais estudos reflete o estado da arte de uma comunidade, com as suas principais preocupações de ordem paradigmática e metodológica e, sobretudo, com aquelas questões de natureza política, social e econômica que afetam e mobilizam o país. E de fato, esses sinais estão presentes nas edições da RBIE, como também nas edições dos Anais do SBIE e do WIE. Uma comunidade que não se debruça de tempos em tempos para refletir sobre sua prática corre o risco de ficar obsoleta e ultrapassada.

Mostra também que a meta de integração “Pesquisa-Ensino-Extensão”, tão perseguida pelo meio acadêmico, coloca-se como um desafio maior para a comunidade de pesquisadores em IAE, posto que o lançamento da Revista e outros eventos aqui resgatados indicam um movimento na última década – o qual desejamos que seja pendular - de afastamento da ponta do processo onde estão as escolas, os professores e os alunos. Muito provavelmente ainda viveremos algumas outras oscilações caóticas em torno dos atratores pesquisa-ensino-extensão até alcançarmos a situação de equilíbrio desejada.

De resto, são apenas testemunhos e opiniões de quem viveu todas as etapas postas em retrospectiva, que podem até parecer um pouco lamuriosas para o leitor que não participou desse convívio.